

Título do capítulo

CAPÍTULO 2 – O PAPEL DOS BANCOS E DO CRÉDITO NA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Autor e expositor

Fabio Contel

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9/capitulo2>

Título do livro

BRASIL POPULAR, CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Organizadores

Renato Balbim
Mônica Arroyo
Cristine Santiago

Volume

-

Série

-

Cidade

Brasília

Editora

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano

2024

Edição

-

ISBN

978-65-5635-063-9

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DOS BANCOS E DO CRÉDITO NA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS¹

Autor e expositor

Fabio Contel

Audiência e debatedores

Carolina Pupo

Cristine Santiago

Isadora Guerreiro

Marina Montenegro

Mônica Arroyo

Renato Balbim

1 APRESENTAÇÃO

Trata-se da segunda reunião temática do Grupo de Trabalho Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Política Pública, fruto de um esforço conjunto entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan), da Universidade de São Paulo (USP).

Nesse segundo encontro, foi proposta uma exposição seguida de discussão sobre a temática das finanças e suas relações com os circuitos da economia urbana, quando da formulação da teoria na década de 1970 e na atualidade, analisando-se a experiência brasileira com os bancos comunitários.

A discussão que se desenrola a partir dessa exposição mostra os desafios para desenvolver e implementar políticas públicas progressistas que resultem, efetivamente, na emancipação das populações, e não em estratégias facilmente cooptáveis pelo circuito superior da economia urbana. Foi possível avançar, de maneira teórica e prática, na compreensão do tema, das oportunidades e dos desafios postos para o país.

Conforme exposto na *Introdução* deste livro, este capítulo traz a primeira exposição do encontro de abril, seguido dos debates referentes a esta exposição, havendo alguns pontos de intersecção com a segunda exposição, apresentada no capítulo 3. Estas ocorrências encontram-se indicadas em nota de rodapé.

1. Este texto consiste em uma relatoria baseada na transcrição de reunião realizada em 11 de abril de 2022. Preservaram-se ao máximo as falas originais, a fim de manter-se a riqueza da exposição e do debate.

2 EXPOSIÇÃO

Fabio Contel: Inicialmente, retomaremos algumas questões sobre a obra *O espaço dividido* (Santos, 1975; 1979) e trabalhos mais recentes do professor Milton Santos sobre dinheiro e finanças; depois, a Carolina abordará especificamente esta forma alternativa de gestão das finanças ou de financeirização do território que são os bancos comunitários.

Trata-se de um livro original do ponto de vista do entendimento da urbanização dos países do terceiro mundo. É um livro que se preocupa fundamentalmente com a questão da modernização econômica e tecnológica, seus impactos seletivos e a desigualdade que essa modernização introduz. Uma ideia central que aparece no *Espaço dividido* – e em outro livro, chamado *Pobreza urbana* (Santos, 2009) – revela uma das principais contradições desta modernização nas periferias: ela, ao mesmo tempo que gera empregos, cria também uma vasta massa de desempregados, pelo próprio uso de técnicas mais modernas na economia; em outros termos, os empregos criados geralmente são intensivos em capital e pouco intensivos em mão de obra.

Então, a modernização leva a um desarranjo bastante significativo das economias nas quais essa modernização se dá; essa é uma das raízes da formação do circuito inferior da economia urbana. A população, portanto, tem que desenvolver estratégias para sua sobrevivência em função dessa modernização, pois ela não é absorvida no circuito superior da economia urbana, caracterizado pelos empregos formais, com alto nível de tecnologia, capitalização e organização. Entretanto, a maior parte da população dos países subdesenvolvidos, com esse equilíbrio rompido pela modernização, perde suas funções anteriores neste arranjo territorial. Então, a modernização gera mais desemprego do que cria empregos, com alguns complicadores que têm relação mais direta com as finanças, e que serão abordados a seguir.

Há também uma tônica no início do livro, uma grande crítica ao uso do planejamento estatal nas décadas de 1960 e 1970, tanto do planejamento econômico geral, quanto do planejamento territorial ou regional, que era uma discussão muito forte à época; entre outros elementos centrais que o autor analisa para propor a sua teoria dos dois circuitos da economia urbana, estão o crédito e os bancos.²

O grande protagonista do fenômeno financeiro no livro é o sistema bancário, ainda que hoje em dia isso esteja mais complexificado, já que atualmente ganharam um protagonismo maior outros agentes financeiros mais diretamente ligados ao mercado de capitais (os bancos de investimento, as bolsas de valores, os investidores institucionais etc.), mesmo em países da semiperiferia, como o Brasil.

Este fenômeno da complexificação do sistema financeiro não aparece muito no livro, também porque à época havia uma preocupação maior dos estudiosos do

2. Essas ideias foram também elaboradas no artigo de Contel (2022).

tema com o fenômeno da industrialização/produção e consumo. Isso está explícito no livro, e o fenômeno da *circulação* de capitais – que é a chave de interpretação do marxismo original em que a finança é discutida – não é tão explicitado quanto a *produção*, a *distribuição* e o *consumo* (que são as três grandes preocupações do autor).

Há duas ou três formas principais pelas quais as finanças aparecem em *O espaço dividido*. Em primeiro lugar, pode-se dizer que há uma análise das finanças no quadro da economia-mundo, da economia internacional; depois, uma análise das finanças a partir do território nacional, da formação socioespacial brasileira; e há, por fim, uma interpretação de como as finanças se apresentam no cotidiano da população urbana dos países periféricos (o que talvez seja a grande contribuição original do autor).

Antes de falar dos aspectos mais basilares da teoria dos dois circuitos da economia urbana, gostaria de falar sobre a repercussão da teoria à época. De um modo geral, o livro teve uma repercussão importante, mas não tanto quanto o autor imaginava, em função de uma série de motivos que não vem ao caso explicitar. Se buscarmos no mecanismo de busca francês de artigos acadêmicos Persée (correspondente ao Jstor anglo-saxão), aparecem muitas menções, sobretudo na década de 1970; mas ao mesmo tempo, na geografia anglo-saxã, ou nos estudos urbanos de matriz anglo-saxã, é muito mais tímida essa repercussão, ainda que apareça. Para dar dois exemplos, se não contraditórios, no mínimo interessantes: o livro é citado em uma das principais obras de David Harvey, *Os limites do capital* (1982); salvo engano, o único livro brasileiro citado é *O espaço dividido* (*The Shared space*). E uma citação aparece mais recentemente na edição de 2000 do *Dicionário da geografia humana* (Gregory *et al.*, 2000), organizado por R. J. Johnston, Derek Gregory, Geraldine Pratt (editor) e Michael Watts, um dos mais importantes da língua anglo-saxã. O mais paradoxal da menção ao livro no *Dicionário* é que, apesar de Milton Santos registrar explicitamente que sua proposta teórica é anti-tética aos “estruturalismos” e “dualismos” da época, o verbete que o menciona é justamente o conceito de “*dual economies*” (como se a teoria dos dois circuitos fosse um exemplo desta “corrente” de pensamento). Destacamos que, na edição mais recente do mesmo *Dicionário* (2009), a menção à obra de Milton Santos é retirada (provavelmente, em função deste equívoco de classificação da teoria). Portanto, é bastante contraditória essa repercussão da obra: por um lado, ela tem visibilidade, mas um pouco restrita e com formas de interpretação no mínimo discutíveis.

Entrando propriamente em como as finanças aparecem, conforme mencionado, há três principais conjuntos de teorias que o autor usa para fazer um quadro mais geral deste processo de modernização capitalista que se dá nas periferias a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a saber.

- 1) O materialismo histórico, ou economia política do subdesenvolvimento/desenvolvimento; há um vasto conjunto de autores bastante importantes, principalmente marxistas, que discutiam os temas dos monopólios, oligopólios, da divisão internacional do trabalho etc. *O espaço dividido*, num certo sentido, é um estudo, via geografia, da formação do capitalismo monopolista-oligopolista nos países periféricos. O circuito superior nada mais é do que a organização dos oligopólios nestes países.
- 2) Outro conjunto de autores e teorias das quais Santos se vale derivam das efervescentes temáticas – em grande parte, latino-americanas – propostas tanto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como pela chamada *teoria da dependência*; o autor fez um enorme esforço para dialogar com todos os principais intelectuais que pensavam a América Latina naquele contexto.
- 3) Por fim, é possível dizer também que Santos recupera grande parte de todos os intelectuais que debatiam os temas gerais do Terceiro Mundo e dos países que foram, ao longo da história, colônias das metrópoles europeias. Dentro deste rol de intelectuais, podemos incluir Franz Fanon, Josué de Castro, Georges Balandier, além de vários intelectuais africanos e asiáticos, que faziam leituras “da periferia para o centro”, e criticavam já o eurocentrismo que caracterizava a maior parte das interpretações sobre os países pobres até então existentes. É muito rica a recuperação que ele faz desses autores.

Uma das ideias centrais que aparece em um dos autores da teoria política do desenvolvimento/subdesenvolvimento, Hans Singer, é o endividamento estatal e o duplo ônus para os países periféricos. O endividamento acaba gerando mais empregos nos países centrais e repercute nos países periféricos como um desarranjo expressivo da economia preexistente (composta por atividades menos intensivas em capital e, portanto, mais consumidoras de mão de obra). Geralmente, os financiamentos internacionais (que estão na base deste endividamento dos países periféricos) estão ligados à ação das multinacionais que mantêm e proliferam empregos mais sofisticados de direção, de *design*, nos países centrais, enquanto nos países periféricos há um desarranjo mais substantivo da economia em função desses empréstimos.

Outros efeitos negativos muito patentes que derivam desta modernização são ligados às condicionalidades incluídas nos financiamentos/empréstimos internacionais; então, é preciso organizar a economia e o próprio Estado a partir do que determinam os grandes gerenciadores dessa finança internacional, que são o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nesse contexto, toda uma série de imposições são passíveis de serem impostas aos países periféricos, em função da necessidade de capital externo e da chamada amarra fiscal, um discurso ainda forte que determina que não é possível que o Estado gaste mais do que arrecada, além de preconizar que sua estrutura tem de ser “enxuta”, de preferência sair de áreas pelas quais a iniciativa privada pode se responsabilizar. Essas são duas das principais consequências; uma espécie de “dupla armadilha” ligada às finanças internacionais, como mencionou à época Hans Singer. Nesta escala mais global, portanto, duas variáveis foram bastante analisadas no livro:

- os investimentos externos, também um debate conhecido desde a década de 1970 e na década de 1990 (que hoje não é tão forte, talvez pelo tema da desindustrialização; hoje, investimento externo direto ainda é muito importante, mas foi uma tônica de como aparece o tema das finanças nesse livro e no debate da época); e
- o já mencionado endividamento externo.

Estas são as duas principais formas pelas quais esse nível mais geral da economia-mundo aparece no tema das finanças.

Dois noções que o autor também propõe neste contexto nos ajudam a entender o “conteúdo geográfico” desta modernização. Para Santos, é essa difusão dos financiamentos, com todas essas condicionalidades, que leva à formação de *espaços alienados* nos países periféricos; formas de produção e de organização das infraestruturas que não têm tanta relação com a economia nacional (e com as economias regionais), muito menos com as necessidades mais prementes destas populações. Estas formas de produção têm muito mais funcionalidade para permitir uma inserção externa subordinada dos países periféricos na divisão internacional do trabalho. É neste contexto também que Santos cria uma expressão metafórica, mas muito perspicaz e reveladora do autor: forma-se nos países periféricos uma “totalidade do diabo”, no sentido de difusão dessa racionalidade capitalista que vem junto com o endividamento, os investimentos externos e todas estas formas econômicas descritas.

Como já mencionado, na época da redação do livro, vivíamos o início daquilo que hoje se entende como processo de *financeirização*, isto é, uma complexificação do sistema financeiro internacional (e nos territórios nacionais) em que é aumentada a importância de agentes não bancários ligados ao mercado de capitais (bolsas de valores, bancos de investimento, fundos institucionais etc.). No caso dos países periféricos, o principal agente de organização do sistema financeiro era o sistema bancário. Os mercados de capitais vão ganhar mais força a partir da década de 1990, e é neste contexto que começam a surgir novas interpretações para dar um peso maior para as finanças no quadro das economias de uma maneira geral. Na década de 1970, o sistema bancário e os bancos comerciais eram os principais

agentes financeiros, sobretudo nas economias periféricas. E, para Santos, a ação destes bancos é, via de regra, deletéria para a organização do espaço nos países pobres.

As partes do *Espaço dividido* que tratam das finanças mostram como os bancos são responsáveis, em primeiro lugar, pela monetarização das relações sociais e pelo financiamento das atividades agrícolas modernas; este financiamento cria novos circuitos de produção, em grande parte sufocando toda uma combinação preexistente de atividades agrícolas mais voltadas ao mercado interno, com menor intensidade de tecnologia e que, portanto, utilizavam maior quantidade de mão de obra. O autor lembra também dos financiamentos de grandes infraestruturas, esses “cavalos de Troia” de que ele tanto fala na obra *O espaço dividido*, mas principalmente no livro *Economia espacial* (Santos, 2003). A própria macro-organização do território é muito mais preocupada em organizá-lo para sua inserção internacional (e não para suas demandas endógenas); então, tudo é feito para que o circuito da exportação seja privilegiado, em detrimento da formação de um mercado nacional, de uma industrialização em base mais interna e mais voltada às necessidades da própria população.

Outro tema desenvolvido pelo autor, e que é atualmente um grande problema estudado pela “geografia das finanças”, é o caráter centralizador da ação dos bancos comerciais. Santos mostra também que estes agentes econômicos servem, em grande parte, para drenar recursos de áreas já pobres para reinvestir em áreas que têm um dinamismo econômico grande, porque os ativos financeiros são geralmente concentrados e negociados nos centros financeiros de maior dinamismo econômico. Estes centros, por sua vez, oferecem papéis, investimentos, que são mais rentáveis do que em áreas em que a economia é menos dinâmica. Os bancos são essa grande correia de transmissão – ou de drenagem – de recursos de áreas menos desenvolvidas para áreas mais desenvolvidas. Podemos destacar duas passagens do autor que refletem bem este fenômeno: “os bancos agem como coletores de fundos que são enviados para cidades maiores” (Santos, 1979, p. 83-84), ou “o banco é um instrumento de desequilíbrios regionais” (*op. cit.*, p. 84). Isso fica muito claro na obra como um todo.

Na escala do lugar, na economia do cotidiano, de uma maneira geral os bancos e as empresas do circuito superior – sobretudo os bancos – são mecanismos de “sucção de excedentes” ou mecanismos de “espoliação”. Aparecem essas duas palavras quando o autor fala da atuação dos bancos em relação à população de baixa renda. Também achei interessante lembrar outro tema, inclusive para articular com a apresentação da Carolina, que já aparece na obra *O espaço dividido*: como esse mecanismo de financiamento das necessidades da população pobre é inviável estruturalmente. De forma esquemática, podemos dizer que a população não pode ter acesso a esse crédito formal, em função de não ter os escores mínimos, a renda mínima, o patrimônio mínimo para acesso ao crédito formal.

Para fazer frente a essas necessidades, o autor identificou, através da leitura de textos sobre o tema na África, no Sudeste Asiático, na América Latina, formas de uso alternativo das finanças que não passam por esses mecanismos formais-institucionais bancários, como crédito feito entre amigos, associações de ajuda mútua, associações financeiras, *improvement associations*, entre outras formas de organização alternativas. Sempre, na história do capitalismo, pelo menos para todo autor que tem uma visão dialética de mundo, como é o caso de Milton Santos, a própria força desse mecanismo de sucção cria o seu oposto, sua contrarracionalidade. Mas, fundamentalmente, os bancos são poderosos agentes para a sucção da renda que já é dificilmente gerada e gerenciada por essa população que age no circuito inferior da economia urbana; essa renda é drenada quando há nexos entre os circuitos.

O tema das finanças em obras mais recentes é extremamente interessante também. Em 1993, no livro *Urbanização brasileira* (Santos, 2013), Milton Santos já fala em “creditização do território” e da economia. Em 1992, no Brasil, a primeira vez que apareceu o termo *financeirização* (ao menos na geografia) foi no texto de Helena Kohn Cordeiro, em que ela estuda as condições para a formação do “complexo corporativo metropolitano” na cidade de São Paulo (Cordeiro, 1992). Na literatura internacional, identificamos que se atribui a primeira utilização do termo *financeirização* ao jornalista norte-americano Kevin Phillips, em 1993.

No livro *Urbanização brasileira*, Santos se refere com ênfase ao crédito agrícola, e o processo de difusão dos bancos que vão atrás dessa modernização agrícola (porque ela exige capitais adiantados, sendo essa a ideia básica da creditização do território). Quando se difunde o meio técnico-científico informacional, o pequeno agricultor geralmente não consegue se manter, e geralmente ou ele é expulso ou tem a propriedade comprada, configurando um violento processo de concentração fundiária. Mas mesmo estes produtores mais abastados também não têm capital suficiente para executar essa agricultura mais moderna, e precisam deste capital adiantado oferecido pelos bancos comerciais. Nesse sentido, a expansão do meio técnico-científico informacional é quase sinônimo de concentração fundiária, êxodo rural e difusão das agências bancárias. Essa é a base da ideia geral de *creditização do território*. No livro *O Brasil*, de Milton Santos e Maria Laura Silveira, aparece já o termo *financeirização do território* e da economia, em grande parte no mesmo sentido da noção de creditização – isto é, processos mais ligados ao sistema bancário do que ao mercado de capitais (Santos e Silveira, 2001). O aparecimento do termo *financeirização*, nesse livro, é relativamente precoce, porque o conceito de *financeirização* só em meados da década de 2000 ganha força maior no debate na economia. Em 2000, o autor já estava falando disso, no livro *Por uma outra globalização* (Santos, 2000), em que aparece muito forte o debate das finanças, em função do peso que as empresas financeiras têm, de uma maneira geral. Nesse livro, aí sim o que mencionei anteriormente sobre mercado de capitais, bolsa

de valores, instrumentos financeiros mais complexos, já está no raciocínio do autor, a ponto de ele dizer que o período que estamos vivendo, que é a globalização, está fundado *na tirania do dinheiro e da informação*.

Sobre o conceito de financeirização, é consenso entre os autores que é um processo que se inicia na década de 1970, quando também são criadas muitas denominações para se identificar os novos processos em curso, como *acumulação flexível*, *sociedade de consumo*, *sociedade informacional*, todas denominações para tornar mais inteligíveis as novas características do tempo histórico presente. Essa literatura parece comprovar que existe de fato uma “ontologia” na base do termo financeirização, ou seja: ocorreu de fato uma mudança estrutural na década de 1970, que, do ponto de vista de quem estuda as finanças, foi uma ascensão de novos tipos de agentes e de inovações financeiras e uma complexificação das economias, a partir da ascensão desses novos tipos de agentes. Então, não temos mais só bancos comerciais; temos bolsas de valores, bancos de investimentos, uma difusão da economia dos acionistas, dos investidores institucionais, dos fundos de todos os tipos etc.

Nos países centrais – sobretudo nos Estados Unidos –, parte da classe média é detentora de ativos financeiros (incluindo aí ações de empresas privadas), papéis que dão algum “micropoder” para estes agentes nas empresas das quais são acionários. Isso torna o jogo mais complicado, e esse é um dos elementos principais da financeirização do cotidiano nos países centrais: o capitalismo dos acionários, que se difunde pela população de forma mais insidiosa (ainda que seja sempre uma parcela restrita da população, isso complexificou o jogo). Nesse contexto, reforçamos então a importância da ascensão dos fundos de pensão, dos fundos soberanos, de todos os tipos de fundos que surgem também na década de 1970 e são agentes que têm enorme poder para realizar investimentos produtivos e especulativos, e que, portanto, podem também desestabilizar economias inteiras com suas ações. Então, o mundo se torna mais instável, o que aparece na literatura denominado como *capitalismo de cassino* por Susan Strange. Em função do aumento do poder desses agentes e da capacidade de ação global deles, mudou a forma de organização do capitalismo, e o termo financeirização veio, *grosso modo*, para dar nome a essa nova forma de organização da economia.

Assim, o termo surge em 1992/1993, mas é em 2005 que o debate fica mais robusto nas ciências sociais de maneira geral, sobretudo na economia. Fazendo um parêntese, os bancos comerciais tradicionais perdem poder, o que se chama de *desintermediação financeira*, porque surgem novos agentes que competem diretamente com eles, incluindo-se em uma proporção muito menor, mas de forma extremamente interessante, bancos comunitários, financeiras, formas de pagamento que eximem o indivíduo de ter uma conta bancária, *fintechs*, entre vários outros tipos de agentes que desorganizam esse *core* mais tradicional do capitalismo financeiro.

Os monopólios e oligopólios às vezes são os mesmos, ou ocorrem mudanças pequenas, a partir da entrada nestes seletos grupos de novos macroagentes. Hoje se fala, por exemplo, na *appleização* das finanças (Hendrikse, Bassens e van Meeteren, 2018), já que também as *bigtechs* – incluindo a gigante Apple, mas também Facebook, Google, Amazon – estão criando seus próprios sistemas de pagamento, o que é uma ameaça grave aos bancos comerciais tradicionais (sem falar em todas as alternativas citadas anteriormente). O conceito de financeirização surge um pouco nesse sentido, de sua combinação orgânica com as técnicas da informação, e Santos já antevia isso desde seu importante *A natureza do espaço*, mas principalmente no *Por uma outra globalização*.

Gostaríamos de expor um último conjunto de considerações sobre como aparece o tema das finanças na obra do professor Milton Santos, sobretudo em dois textos em que ele trata a questão do “dinheiro”. Para o autor, a própria evolução da civilização e a complexificação da economia tornam as moedas cada vez mais globais. Antes, os diferentes tipos de “dinheiros” tinham uma circulação extremamente local, pela própria dificuldade do transporte das coisas físicas ou da circulação da informação; estas diferentes formas monetárias tinham uma base material muito clara, e de início eram confundidas com os próprios objetos que tinham algum valor útil (ou beleza estética), como conchas, pedras, sal, penas etc. Como as trocas entre os lugares e as regiões eram dificultadas pelas condições arcaicas de transportes, as regiões produtivas pouco se comunicavam, o que contribuía também para que as trocas não fossem monetizadas, e para que os “dinheiros” fossem mais locais. Esta situação prevaleceu sobretudo em períodos pré-industriais, antes da revolução dos transportes e das comunicações ao fim do século XVIII e início do século XIX.

Sucedem esses dinheiros locais as moedas metálicas, e depois os chamados dinheiros nacionais, quando há um paulatino aumento da monetarização das trocas comerciais, e concomitantemente uma institucionalização da forma monetária por parte dos Estados nacionais. Como corolário desta situação, são criados os bancos centrais, instituições públicas em grande parte voltadas para a criação e manutenção do valor das moedas nacionais. Percebe-se que as moedas têm o poder de tornar mais fluidos e integrados os mercados nacionais, fazendo as regiões produtivas “conversarem” entre si. Com os bancos centrais em ação, torna-se cada vez mais explícita sua função de controlar o valor da moeda, sobretudo em função do câmbio (o valor em relação às demais moedas estrangeiras) e da inflação (o valor em relação ao seu poder de compra nas economias das quais fazem parte). Portanto, com a difusão dos bancos centrais, as moedas se tornam fenômenos eminentemente nacionais, e não mais locais ou regionais.

Com o avanço das tecnologias da informação (TIs), novas formas monetárias são criadas, muitas das quais possuindo uma existência completamente independente das autoridades monetárias oficiais. E é cada vez mais impossível

que estas autoridades tenham soberania completa sobre suas economias e sobre a circulação monetária em seus territórios, porque novos instrumentos informacionais surgem, as transações se tornam muito mais rápidas, muito mais fluidas. Assim, as moedas nacionais circulam junto de outros tipos de moedas, como as que derivam da tecnologia da informação, as cibermoedas ou criptomoedas, que são formas monetárias completamente novas e absolutamente descentralizadas (sua natureza sendo antitética à das moedas dos Estados nacionais). Aliás, elas se legitimam e começam a surgir a partir de 2008, com a crise financeira-hipotecária norte-americana; parte significativa dos próprios agentes que foram despedidos dos postos de trabalho em bancos de investimentos, em bancos comerciais – junto com a descrença da população em geral sobre esses agentes institucionalizados –, começaram a criar novas moedas, como alternativas ao controle realizado pelos bancos centrais. No caso das criptomoedas, este controle é feito pelas próprias redes de computadores que dão base às moedas, como o *ethereum* e o *bitcoin*, entre dezenas de outras criptomoedas. Essa é um pouco “a cara” desse último tipo de dinheiro, o dinheiro da globalização, que tem uma existência mais autônoma em relação aos territórios nacionais; o que antes era uma relação mais orgânica (antes local/regional, e depois, nacional), hoje é um fenômeno praticamente impossível de se controlar de forma centralizada.

Outro tema fundamental que precisa ser destacado é o do endividamento. Maurizio Lazzarato é um autor importante, e em sua obra chama a atenção a grande crítica ao neoliberalismo; na base de sua produção, ele junta Foucault com Marx, e acho interessantes esses autores que não partem dos rótulos e não fazem leituras ortodoxas de mundo. Lazzarato mostra como as finanças moldam a subjetividade dos agentes, que ficam envoltos numa dependência muito difícil de sair. E, de modo mais ambicioso do que isso, sua análise reconhece a luta de classes entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho, mas propõe uma interpretação inovadora: a grande fratura nas sociedades se dá agora entre os indivíduos e grupos que estão endividados e aqueles que fornecem o dinheiro para o endividamento. No fundo, é uma releitura da ideia original de Marx, que me parece uma proposta interessante para atualizar esse debate.

Outra questão extremamente interessante que o livro de Lazzarato traz é o poder desses micro-objetos técnicos, os cartões de crédito e débito, que fazem parte desta gigantesca rede de sistemas de objetos que permitem uma difusão quase que ubíqua das finanças no mundo contemporâneo. Para além dos cartões de crédito e débito, mais recentemente se difundiu um tipo de objeto técnico ainda mais funcional para as empresas financeiras: os *smartphones*. Se os cartões já são objetos que fazem parte de um sistema extremamente eficiente para monetarizar nossas relações cotidianas e nos colocar nessa gigantesca “roda do *hamster*” – para usar uma metáfora que ele mesmo propõe –, que é o sistema do endividamento contemporâneo,

os *smartphones* permitiram uma proximidade física e organizacional ainda maior das firmas financeiras em relação aos consumidores finais, contribuindo também para seu endividamento. “A economia contemporânea é a dívida que disciplina, domestica, fabrica, modula e modela a subjetividade” (Lazzarato, 2011, p. 44), sendo essa uma das raízes de tudo o que nos condiciona hoje.

Entrando no último ponto e fazendo uma conexão com a fala a seguir sobre os bancos comunitários no Brasil, notamos que a ascensão do mercado de capitais, da financeirização, do aumento do peso do endividamento (não só dos países, mas também das firmas e dos indivíduos), se deu concomitantemente ao surgimento de propostas alternativas do uso das moedas e das finanças. Uma das mais importantes – ainda que também muito criticada – foi a iniciativa do Muhammad Yunus, em Bangladesh, a que se convencionou dar o nome de *microfinanças*. Estas novas iniciativas estiveram relacionadas à criação de pequenos “bancos” locais, com pequenas quantidades de crédito que geravam um impacto econômico importante no cotidiano da população, e que envolviam sobretudo empréstimos para mulheres; pela responsabilidade de terem que criar seus filhos, muitas vezes eram as mulheres sozinhas que sabiam como usar, de forma extremamente eficiente, esses pequenos montantes para gerar renda e manter essa população.

Essa iniciativa, originalmente mais espontânea, foi institucionalizada na década de 1990 pelo Banco Mundial, e se tornou uma espécie de “modelo” exportado para vários países da periferia do sistema-mundo. Este modelo das microfinanças, difundido pelos organismos financeiros multilaterais, parte de uma base muito mais ligada a visões neoliberais da economia financeira, e serviu como uma forma de difusão e instrumentalização destas visões e práticas nos países pobres. Em grande parte, estas iniciativas tinham como preocupação central criar uma economia formal no lugar da economia informal, para gerar renda e emprego (tema fartamente trabalhado em *O espaço dividido*). Em dois relatórios técnicos do Banco Mundial, intitulados *Relatório sobre o desenvolvimento mundial* (FGV, 1990; 1991) e numa Conferência Global sobre o Microcrédito (Washington, 1997), o Banco Mundial trabalhou para que essas experiências de Muhammad Yunus fossem analisadas, cooptadas, ressignificadas e exportadas para o mundo como um todo.

De qualquer forma, para todos aqueles que têm uma visão dialética de mundo, por mais que essa economia financeirizada e instrumentalizada tenha tido uma ascensão avassaladora, sempre houve formas alternativas de uso dela, entre outras a chamada *economia solidária*, sendo o professor Paul Singer uma referência mundial sobre o tema, e também uma das bases teóricas para o que será falado em relação aos bancos comunitários.

Nesse contexto de ascensão global das microfinanças, outro tema extremamente interessante para nós da geografia – e para quem estuda o fenômeno da

“espacialidade” das finanças – foi sugerido pelo professor Ricardo Abramovay, da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, que propôs a noção de “finanças de proximidade” para se entender estas microformas financeiras mais recentes. Como a própria noção indica, a copresença entre os agentes é fundamental nestes tipos de operação, que partem também do fato de não existir um desnível tão grande de poder entre os agentes econômicos envolvidos. Assim, quando eles fazem parte de uma relação de vizinhança, você pode adquirir a confiança e as transações financeiras sem burocratizar a relação, diminuindo muito o custo do crédito; não é necessário haver um conjunto de procedimentos e ações de “funcionários” da firma para analisar o perfil do seu consumidor, nem mesmo complexos sistemas de “análise de crédito”, já que os agentes moram próximos uns aos outros, e grande parte das informações e confirmações necessárias são conseguidas de maneira mais informal, nesta condição de vizinhança. Em outros termos: as finanças de proximidade são uma técnica social que exige o emprestador de ter que provar tudo que ele é, e o credor de ter que gastar com a burocracia para que aquilo seja garantido. São outros mecanismos que partem de uma relação de confiança, que no fundo é dada pela proximidade.

É importante mencionarmos um último debate que apareceu muito na geografia, mas não só na geografia, e que contempla essas finanças alternativas: o tema da *inclusão* e da *exclusão financeira*, sendo que os dois grandes autores que disto trataram são Andrew Leyshon e Gary Dymksi.

Finalizo aqui, mas antes gostaria de destacar a pesquisa de Carolina Pupo, porque uma das coisas mais interessantes no universo destas finanças alternativas que surgiu recentemente no Brasil são os bancos comunitários. O Brasil é um dos países em que essas iniciativas são extremamente significativas. Estamos propondo, com os estudos da Carolina, que os bancos comunitários sejam uma forma de contrarracionalidade a essa opressão e espoliação das finanças, dessa financeirização que instala uma racionalidade instrumental agressiva no espaço e na sociedade, sobretudo para os agentes do circuito inferior da economia urbana.

3 RACIONALIDADES, CONTRARRACIONALIDADES E ECONOMIA LOCAL: DAS PLATAFORMAS A OUTROS USOS POSSÍVEIS DAS TÉCNICAS DE INFORMAÇÃO

Marina Montenegro: Para o Fabio, que trouxe algumas manifestações do que seriam contrarracionalidades a essa financeirização hegemônica e falou dos bancos comunitários, das cooperativas de crédito, das *fintechs* e das criptomoedas, não entendi esse agrupamento – como as *fintechs* entram junto, como entender as próprias *fintechs* e as criptomoedas como contrarracionalidades. Em relação às criptomoedas, fica um pouco mais claro. E também como, ao mesmo tempo, podemos entender certa subversão do uso desses mecanismos financeiros que vêm com o endividamento de que fala o Lazzarato, como contrarracionalidades também, em

que sentido, como poucos que a gente viu na pesquisa. Como tem essa rolagem constante do rotativo, do uso do rotativo como uma estratégia de sobrevivência, do uso do cartão de crédito; como a posse de vários cartões, empréstimos no cartão, como tudo isso está se normalizando e vira estratégia de sobrevivência, vira contrarracionalidade também, mas usando uma docilidade de uma verticalidade que vem da financeirização.

Fabio Contel: Obrigado, Marina, pela pergunta; você tem toda razão. A esmagadora maioria do que se chama *fintech* não tem nada de contrarracionalidade. Mas tem duas coisas que são interessantes. Em seus aspectos mais gerais, podem ser consideradas como uma “ameaça” aos oligopólios. Então, ao menos elas podem contribuir para diminuir o tamanho econômico e o poder econômico relativo das grandes corporações financeiras; porém, os bancos digitais funcionam de forma muito semelhante aos bancos comerciais tradicionais. Então, tudo joga água nessa racionalidade instrumental mais terrível à qual estamos submetidos, mas insisto: ainda que não sejam contrarracionalidades, podem ser interessantes, porque permitem o surgimento de outros agentes, de diferentes tamanhos e lógicas de atuação.

E tem a polissemia do conceito de *fintech*. O Banco Maré, um banco comunitário meio digitalizado localizado na favela da Maré, no Rio de Janeiro, é uma *fintech*. Essas firmas de criptomoedas não podem ser consideradas *fintechs*, mas você tem toda razão, e é um pouco a mesma questão da diferenciação dos circuitos. Tem *fintechs* contrarracionais, mas certamente são uma parcela ínfima.

Na literatura, a primeira *fintech* que eles consideram que merecia esse nome é o PayPal, da década de 1980 ou 1990. Enfim, tem TI e tem finanças, é *fintech*; então, cabe tudo nisso.

Carolina Pupo: Joaquim coloca que a plataforma E-dinheiro é uma *fintech* solidária.

Fabio Contel: Não quero entrar no mérito, mas o banco comunitário pode ser considerado uma *fintech*, e isso pode até ser uma arma para se legitimarem, nas prefeituras principalmente; Carolina pontua isso.³

4 FINANCEIRIZAÇÃO, INFORMATIZAÇÃO, MECANISMOS DE ESPOLIAÇÃO E ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

Renato Balbim: Vou me ater à minha maior preocupação desse debate, que podia estar sistematizado no que o Fabio trouxe na apresentação dele, no momento em que coloca os mecanismos de espoliação, o banco como mecanismo de espoliação, citando Milton Santos no *Espaço dividido*.

3. Essa fala e a seguinte referem-se a assuntos que serão aprofundados na exposição do próximo capítulo.

A grande preocupação que tenho a partir do desenvolvimento das políticas de habitação, do que está acontecendo hoje na regularização fundiária, essa financeirização do desenvolvimento urbano, a comoditização da terra urbana etc., você olha o sistema financeiro como “o” grande mecanismo ou o último mecanismo, diria, como acontece com o Casa Verde e Amarela.

Dessa discussão toda, o que me passa muito pela cabeça é que, justamente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no governo federal, da economia solidária, do trabalho do professor Singer e do esforço de várias pessoas com as maiores boas intenções, que fizeram toda a diferença, como mostrou a Carolina,⁴ é nesse momento também que acabamos reproduzindo mecanismos com que deveríamos (e tínhamos) certas condições para romper.

Explico com o exemplo do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que colocou recursos no Crédito Solidário, programa habitacional que nasce com a ideia da produção social da moradia e a lógica da economia solidária.

Vejam, quando começa o governo Lula, em 2003, se vê que há um dinheiro parado, que é o FDS, constituído de uma parte do dinheiro que é retido dos bancos e em que os bancos não podem mexer. Basicamente, havia uma única regra para esse recurso: que só poderia ser emprestado ou aplicado para o setor privado. Havia liberdade de mexer naquele dinheiro, e se criou o programa Crédito Solidário.

No mesmo passo, quando da criação do programa Crédito Solidário, o governo estava se desvinculando das imposições dos bancos e das agências internacionais de fomento. Há o pagamento das dívidas externas, não há mais empréstimos com o Banco Mundial, não há mais sistema Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cooperações internacionais etc. substituindo o Estado. Há um reforço do papel dos agentes públicos, e é um momento em que se fazem investimentos próprios – e reserva de mercado [*Mônica acrescenta*].

Nesse momento, com essa liberdade toda, com o conhecimento ali, quando vamos ver nos dois bancos públicos, um de desenvolvimento (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e a Caixa, o que fizemos foi reproduzir todos esses mecanismos de uma alta complexidade do trabalho, de avaliação, de regulação, dos contratos, das normas internacionais, dos padrões, das engenharias, das questões ambientais, das questões de direito creditício internacional e de tudo o mais que vem justamente nessa grande espoliação que Milton Santos identificava desde a década de 1970. Fizemos isso também aqui; não inovamos, não rompemos com esses mecanismos de espoliação, é impressionante. A partir dos ensinamentos que tínhamos, com conhecimento, poderíamos ter feito diferente.

4. Exposição apresentada no próximo capítulo.

Então, reflito sobre como podemos pensar daqui para frente essa situação. Porque é uma crítica e uma autocrítica ao governo de que fizemos parte, e uma coisa que fica na cabeça é como lidar com as possibilidades que temos hoje.

Quais as principais possibilidades para incluir efetivamente o que é o nosso normal, que seria basicamente essa economia que se reproduz através desse circuito inferior ou de uma informalidade, sem necessariamente ter que ir formalizando isso segundo os padrões do Norte global? Porque nessa lógica você vai “formalizando” as relações, o acesso à terra, e pode acabar frente às mesmas formas de espoliação.

Entendo que ainda temos uma grande janela histórica, denominada pelo professor Milton de “unicidade da técnica”. Quer no circuito superior ou no inferior, usamos basicamente a mesma técnica, a informação, e precisamos atentar para que os mecanismos, os *apps* e algoritmos, possam servir para criar o novo, e não apenas reforçar as lógicas do passado, quando a técnica não era a mesma nos diferentes lugares e em diferentes estratos sociais e circuitos econômicos.

Uma coisa que parece muito singela, mas que não tem nada de singelo, é o domínio do código-fonte. Esse foi muito provavelmente em 2003, 2004, 2005, no governo progressista, um dos calcanhares de Aquiles, foi a história do *software* livre e do *software* proprietário. Porque, se tivéssemos construído todas essas bases, mesmo as bases financeiras que podiam dar a possibilidade de o FDS chegar lá na ponta, e tudo mais, em cima de um *software* livre, poderíamos ter criado uma grande resistência usando a mesma técnica. Teríamos, quem sabe, criado uma grande transformação nos mecanismos de gestão e administração que acabamos importando e copiando daqueles para quem fechamos a porta.

Então, acredito que é muito importante, nessa questão da financeirização, ter em mente quanto ela pode ter esse mecanismo de espoliação embutido em sua lógica, ainda que existam as melhores intenções de gestores e ativistas. Porque é isso: há um esforço de agrupar todo mundo, ensinar, capacitar; aí, quando tudo passa a funcionar direitinho, vem uma outra empresa, uma corporação, e agrega aquilo em seu portfólio, e a solidariedade, que era base desse esforço, se esvai.

E como podemos trabalhar isso? Fortalecendo redes, redes da periferia, porque se trata da mesma questão; essa economia, esses circuitos se estruturam de maneira monopolista – se você utiliza uma plataforma como a E-dinheiro, mas com código-fonte aberto, junto às plataformas que estão se desenvolvendo em certos municípios para serviços urbanos, para zeladoria urbana, plataformas de transporte locais, você vai ganhando sistemicamente em tudo isso, porque a lógica de todo esse sistema é de ir expandindo redes, fazendo conexões.

Não me parece que tenhamos feito isso antes; os esforços ficaram pulverizados. Então, penso que uma grande oportunidade agora é conseguir reunir esses esforços

de um Brasil popular. Mas não sob um guarda-chuva, sob uma política ou algo assim. Reunir dando capacidade para que as pontas se conectem, as iniciativas aconteçam, porque isso é da lógica do meio técnico-científico e informacional. Uma vez que você dá capacidade de reunião, elas se conectam, não tem como não se conectarem, porque o uso faz de cada uma dessas iniciativas o potencializador de outra plataforma.

Mas há um risco enorme dessa hiperfinanceirização, ao mesmo tempo que há um enorme potencial, e me parece que são essas as duas chaves iniciais. Olhando pela experiência: quanto à primeira questão, o *software* tem que ser livre; se o código-fonte não é aberto, não tem como, porque você não tem confiança naquele sistema, a comunidade não tem confiança, porque não pode mudar segundo seus próprios interesses e definições. A outra questão é que a confiança está intimamente associada à solidariedade. E essa é a segunda chave: é necessário potencializarmos solidariedades entre diversas iniciativas, para que outras tantas possam acontecer fora dos mecanismos e das lógicas que dominam a lógica financeira global.

Isadora Guerreiro: Pensando nesse final da fala do Renato sobre a contradição da financeirização, no sentido de que tem perigos e tem outras possibilidades internas a ela, acredito que teríamos que pensar do ponto de vista da lógica das finanças, para identificar quais são os perigos e quais são as possibilidades. Porque a financeirização é um processo – como o professor Fabio colocou – já desde a década de 1970, de monopolização muito grande do capital. Então, as finanças têm essa lógica interna de monopolização do capital internacional, muito baseada numa lógica proprietária; e daí as rendas, quem têm a propriedade das coisas e tem muito a ver com o que o Renato coloca, quem tem a propriedade do código-fonte, faz ele render.

Acredito que, menos do que o fluxo específico de dinheiro passando por ela para o capital superior, a financeirização precisa ser também entendida como forma, como racionalidade, como subjetividade específica, como forma de alterar as relações sociais. Então, antes de achar interessante, me preocupa a plataforma. Muito do que você apresentou me interessou. Também assino embaixo do que o Renato acabou de falar, e que tenho pesquisado também, o papel do poder público em um contexto em que, sem ele, essa possibilidade de concentrar a dispersão – ou seja, conseguir fazer com que um capital monopolista se capilarize nas classes mais baixas, que têm um outro tipo de racionalidade – deve ser feita sem a mediação do poder público, que cria instrumentos específicos mas, mais do que isso, cria aquilo de que o Fabio falou, que é a questão da análise de risco. O Estado, antes de mais nada, é um garantidor. Ele vai garantir que tudo isso dê certo, e construir os instrumentos jurídicos específicos para que toda a engrenagem funcione.

No exemplo do auxílio-aluguel, que tenho estudado aqui em São Paulo, que vem de demandas específicas da população, que era simplesmente removida

e saía sem nada, vem da reivindicação de um movimento popular, é implantado numa gestão progressista, da Marta Suplicy. Tudo parece interessante; no entanto, uma quantidade de recurso gigantesca entra sem controle nenhum no território. Isso significou, na prática, consequências do tipo: ocupações passarem a ser feitas pelo crime local, e não por movimentos de moradia, simplesmente para acessar recurso do auxílio-aluguel de forma concentrada. Porque vejam a forma por trás: sai um dinheirão da prefeitura através de um mecanismo específico do auxílio-aluguel para determinada comunidade. Por exemplo, entra algo em torno de R\$ 10 milhões da prefeitura por mês em Paraisópolis, e os aluguéis estão sendo cada vez mais – veja como a forma vai conformando as relações locais –, cada vez mais os aluguéis nas periferias consolidadas das grandes metrópoles brasileiras têm sido mais monopolizados por poucos proprietários, que detêm uma quantidade enorme de unidades habitacionais de casas e que estão construindo pequenos prédios.

Isso é o que a gente vê no Rio, caírem os prédios da milícia, na verdade, tem esse mesmo tipo de forma em várias periferias metropolitanas do Brasil e em toda a América Latina, essa dimensão. Mas então o prédio da milícia faz parte do circuito de financeirização mundial? Não sei, porque não conheço o fluxo específico, mas a forma monopolista do espaço está dada, e ela é facilmente cooptável, a partir, principalmente, das questões tecnológicas.

Renato Balbim: O que chama atenção na ideia dos circuitos é isso que a Isadora comentou sobre a dispersão, como as atividades são difundidas no território a partir de cada um dos circuitos. O importante parece ser pensarmos: como se dá o controle e a monopolização, pelo circuito superior, dessa dispersão associada às práticas do circuito inferior? Precisamos reler e recuperar assim as contribuições da teoria. Acredito que, com a universalização dos sistemas técnicos, com a informatização, devemos abandonar um pouco as definições que partem da densidade técnica para definir cada circuito. É necessário olhar a capacidade de cada circuito de controlar a lógica de espaços que, a princípio, também muito grosseiramente vamos chamar de “a cidade do lado de lá”, “a cidade informal”, em contraposição àquilo que é formalmente regulado e normatizado.

Quero dizer que a grande economia de um país subdesenvolvido é dispersa e disforme, de certa maneira, olhando a partir da regulação, da norma. Mas essa tecnologia vem e permite justamente pegar toda essa dispersão e rapidamente conformar tudo isso. Quem sabe seja um gancho, para uma leitura atual da teoria, olhar como esse circuito inferior da economia urbana se apropria e usa toda a informatização e a tecnologia, enquanto vai sendo, de uma outra maneira, subordinado, porque ele sempre será. É a prospecção, a padronização, a capacitação desses novos mercados, territórios, objetos.

Marina Montenegro: Nesse sentido, como Milton Santos já colocava na década de 1970, o circuito superior se define, entre outros aspectos, pela capacidade de macro-organização do território. Então, você tem essa capacidade oligopólica de organizar territórios e informações. Já o circuito inferior, também por essa banalização técnica, hoje não se completa mais necessariamente na contiguidade, na escala local. Hoje ele participa dos circuitos de produção e distribuição mais amplos, inclusive muito integrado a esse circuito superior, mas também muito subordinado, uma vez que chega, por exemplo, a se conectar ao mercado chinês, não só mais com Foz do Iguaçu (Ciudad del Este), então para pensarmos essa questão escalar também.

O circuito inferior segue se fundamentando na contiguidade, na proximidade e na solidariedade orgânica. Mas hoje essas lógicas escalares são de outras dimensões. Enquanto isso, o circuito superior vai reafirmando a sua capacidade de subordinar o circuito inferior também em outras escalas. Então, acredito que essa capacidade de macro-organização se potencializa muito com as plataformas. Dados os graus de banalização e de difusão da técnica alcançados, com o que o Fabio sempre chama atenção dessa miniaturização das técnicas que vem com a financeirização, viram quase uma prótese no nosso corpo.

5 GOVERNOS, POLÍTICAS PÚBLICAS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Fabio Contel: Sobre o que Renato e Isadora falaram, a começar pelo Renato, é supercomplexa essa questão de como partidos progressistas e governos progressistas fazem políticas que, no fundo, jogam água para o *establishment*, no fundo multiplicam lógicas. Vou tentar recuperar um conceito que aparece muito na nossa literatura, o efeito demonstração, que foi pensado para explicar o padrão de consumo de países pobres.

Quando vem a modernização, vem um bom padrão de consumo, mais sedutor, e são processos produtivos que têm mais tecnologia envolvida. Como exemplo “clássico” deste efeito demonstração, a literatura mostra que a população pobre, em vez de fazer o cigarro de palha, artesanalmente, passa a comprar os cigarros industrializados que as grandes multinacionais do tabaco produzem no país. A demonstração tem um poder muito grande de mudança de comportamento, e muitas políticas públicas acabam por reforçar este poder do efeito-demonstração. Estas políticas são feitas mesmo pelos governos progressistas, e num certo sentido eles não podem deixar de fazer, pois é um jogo duro da “alta política”, sob pena de serem sabotados à enésima potência. Um outro exemplo, até não muito progressista, de como é difícil implantar políticas públicas “fora” daquilo que já tem uma existência real “testada” é o debate sobre uma nova política monetária. O André Lara Resende, economista de centro, centro-esquerda, está tentando falar há anos

da *modern money theory*, que é uma teoria considerada “heterodoxa” e muito pouco crítica ao *establishment*; só que este conjunto de propostas vai diametralmente contra essa ortodoxia/ditadura do fiscalismo. Ele não consegue convencer ninguém; é visto com maus olhos por um tipo de entendimento da economia.

Então, imagine os exemplos que nós temos de governos supostamente mais progressistas; você não consegue implementar. O que fazem os governos progressistas? Fazem o que a Carolina⁵ mostrou. Dão dinheiro para coisas que, em sua origem, são mais antissistêmicas, que supostamente carregam uma contrarracionalidade, para que elas funcionem e venham a se tornar um “padrão” passível de ser replicado. Se não for uma alternativa viável, ela não se difunde. Se não for algo que funciona minimamente bem na prática, não vai.

É um pouco assim que imagino. Então, eles fazem, e talvez sirva o exemplo que a Isadora deu do auxílio-aluguel, que é uma característica a que a teoria dos dois circuitos dá relevo, é uma das coisas que mais me seduz nessa teoria: se tem uma pressão avassaladora que leva à difusão de racionalidades quase intransponíveis, de instrumentalidades quase intransponíveis, a teoria nos convida a não homogeneizar o que está por baixo. Tem uma racionalidade, tem exemplos das ilegalidades, mas eu suponho que haja também coisas interessantes, que derivam dessa condição existencial das pessoas; ainda que tudo esteja se mercantilizando, se a pessoa tiver uma melhora da condição de vida que, em outros aspectos da existência dela, deem emancipação, eu não estaria tão preocupado com a mercantilização. Não conheço especificamente estes processos imobiliários de que você deu exemplos, os mais ligados à ilegalidade. Mas, se as políticas públicas forem empoderar os indivíduos e grupos sociais, elas devem ser realizadas; é isso que a teoria dos circuitos também permite, ou para o que chama atenção. Se forem empoderar pequenas imobiliárias locais, pequenos arranjos locais, mesmo não sendo contrarracionalis, esses circuitos têm uma lógica mercantil por trás, mas eles, de certa forma, empoderam as pessoas e os lugares; eu não veria essa lógica tão avassaladora. Então, não deixam de ser importantes.

Mesmo que o auxílio-aluguel seja cooptado, o resultado territorial dele tem contradições indesejáveis; mas, se não se produzir isso que pode gerar alternativas viáveis, menos mercantis, nunca vamos sair desse cenário. Acredito que isso diferencia os governos progressistas. Eles ao menos jogam dinheiro para melhorar a condição existencial das pessoas, o que vai gerar contradição, mas pode gerar efeito demonstração para coisas que funcionam e podem ser replicadas. É preciso que sejam construídas medidas alternativas concretas que existam, que gerem demonstração (é melhor que haja dinheiro público em ações que, minimamente, quebrem os monopólios ou criem outras solidariedades locais), ainda que haja isso que a Isadora lembrou, uma certa mercantilização por trás. Um pouco do exemplo que

5. Exposição no próximo capítulo.

a Mônica deu do supermercado local – perfeita observação. Não é um Carrefour internacionalizado. É menos ruim do que se fosse. Então, se o governo, dentro dessa pressão terrível que sofre – econômica, ideológica –, conseguir instalar lógicas que emancipem um pouco a população nos locais, mesmo que mercantilize, o nível da margem de manobra política que um governo de esquerda tem, está “ótimo”, mesmo que ninguém esteja contente.

Isadora Guerreiro: O que as pessoas falavam sobre endividamento local: “o que eu queria era conseguir ser um endividado com o Itaú”; porque, no endividamento local, se eu não pagar, meu filho morre. Conversei com várias mulheres, inclusive principalmente mulheres “solo”, que não têm nenhum tipo de respaldo da Lei do Inquilinato. Então, não podemos romantizar e pensar que as relações locais desvinculadas da legislação são realmente o que as pessoas querem, tanto que querem comprar no supermercado, no *shopping*, querem participar de um circuito que saia das relações locais, porque as relações locais não necessariamente são as melhores. Podem ser interessantes, por um lado, do ponto de vista da autogestão das necessidades. Por isso, acho que é importante vermos via contradição, via dialética.

Fabio Contel: Arrisco dizer uma coisa que pode ser uma contradição em termos, mas muitas vezes isso que se pode chamar de emancipação acontece via Estado.

Isadora Guerreiro: A saída para isso não tem sido via direito, via política pública. A política pública está implantando formas mercantis de uma violência que é outra, mas está relacionada à anterior. Política pública não está implantando direitos. O que temos visto, por exemplo, na política habitacional, é que ela está implantando insegurança habitacional, remove mais gente do que coloca.

Carolina Pupo: Acredito que estão comparando coisas diferentes. Então, penso que uma coisa é a questão dos aluguéis e como essas relações desse circuito superior se dão a partir desses aluguéis, e outra é a questão dos bancos comunitários. Creio que esse é um primeiro ponto.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONTEL, F. B. As finanças e o espaço geográfico: considerações a partir da obra de Milton Santos. *In:* ARROYO, M.; SILVA, A. M. B. (Org.). **Instabilidade dos territórios:** por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 293-308.

CORDEIRO, H. K. A “cidade mundial” de São Paulo e o complexo corporativo de seu centro metropolitano. *In*: SANTOS, M. *et al.* (Org.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993. p. 318-331.

GREGORY, D. *et al.* (Ed.). **The dictionary of human geography**. 4. ed. Oxford: Basil Blackwell, 2000.

HENDRIKSE, R.; BASSENS, D.; VAN MEETEREN, M. The appleization of finance: charting incumbent finance’s embrace of fintech. **Finance and Society**, v. 4, n. 2, p. 159-180, 2018.

SANTOS, M. **L’Espace partagé**: les deux circuits de l’économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-TH; Génin, 1975.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

